

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ARAGUAIA

Edital 54/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
54/2025	257037-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ARAGUAIA	MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA FILHO	11/06/2026 08:53 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25045.001665/2025-10

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (UASG)

257037-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ARAGUAIA

OBJETO

Aquisição de equipamentos/ferramentas para serem utilizadas no controle da qualidade da água para consumo humano e no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas aldeias Indígenas pertencentes aos polos de abrangência do DSEI - Araguaia. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 238.144,35 (Duzentos e trinta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **22/06/2026** às **10h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM

Distrito Sanitário Especial indígena Araguaia - 257037 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(Processo Administrativo nº 25045.001665/2025-10)

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia, por meio do(a) Serviço de Contratação de recursos Logísticos, sediado(a) Rua do Comércio, nº 322, na cidade de São Félix do Araguaia, MT, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de equipamentos/ferramentas para serem utilizadas no controle da qualidade da água para consumo humano e no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas aldeias Indígenas pertencentes aos polos de abrangência do DSEI - Araguaia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário do item;*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação

dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 5,00 (cinco reais).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o ~~Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão~~, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;[A9]

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A11] [A12]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A14]

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que

seja assinado digitalmente em até 5 (**cinco**) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (**cinco**) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido

por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: sesani.araguaia@saude.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

São Félix do Araguaia, 10 de junho de 2026.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA FILHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 14:45:25.

DANIEL ABREU LUZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 08:53:36.

RAEL XAKOIAPARI TAPIRAPE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 17:08:17.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ARAGUAIA

Termo de Referência 89/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2025	257037-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ARAGUAIA	MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA FILHO	15/06/2026 11:17 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25045.001665/2025-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos/ferramentas para serem utilizadas no controle da qualidade da água para consumo humano e no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas aldeias Indígenas pertencentes ao polo de abrangência do DSEI - Araguaia. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VASSOURA DE ARAME REGULÁVEL, TIPO RASTELO, COM 22 DENTES E CABO DE MADEIRA	624584	Und	72	R\$ 30,80	R\$ 2.217,60
2	PÁ MATERIAL: AÇO COMPRIMENTO CABO: 1,30 M APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL TAMANHO: 290 X 250 MM MATERIAL CABO: MADEIRA FORMATO: QUADRADA	483248	Und	72	R\$ 48,33	R\$ 3.479,76
3	PICARETA COM UM LADO HORIZONTAL E OUTRO VERTICAL; DUAS PONTAS; UMA DE CORTE E OUTRA DE CAVA COM CABO	603268	Und	72	R\$ 74,66	R\$ 5.375,52
4	CARRINHO MÃO TIPO RODA: PNEU COM CÂMARA MATERIAL CAÇAMBA: CHAPA AÇO GALVANIZADO QUANTIDADE RODA: 1 UN CAPACIDADE CAÇAMBA: 60	453137	Und	72	R\$ 215,00	R\$ 15.480,00

	L MATERIAL PÉS: FERRO MATERIAL CHASSI: FERRO					
5	TRENA MATERIAL: AÇO LARGURA LÂMINA: 15 MM COMPRIMENTO: 50 M CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENROLAMENTO MANUAL SEM TRAVA	234033	Und	72	R\$ 41,95	R\$ 3.020,40
6	LONA PLÁSTICA COMPRIMENTO: 100 M COR: PRETA ESPESSURA: 200 MICRA LARGURA: 4 M	356098	Und	20	R\$ 399,00	R\$ 7.980
7	ENXADA MATERIAL: AÇO CARBONO LARGURA: 24 CM MATERIAL CABO: MADEIRA	468616	Und	72	R\$ 49,99	R\$ 3.599,28
8	ENXADÃO MATERIAL: AÇO CARBONO TEMPERADO COR: PRETO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ MATERIAL CABO: MADEIRA 130 CM	329421	Und	72	R\$ 57,90	R\$ 4.168,80
9	LÂMINA SERRA MANUAL MATERIAL: AÇO FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 12" LARGURA: 1/2" QUANTIDADE DENTES: 24 DENTES POR POLEGADA	239037	Und	72	R\$ 4,15	R\$ 298,80
10	ARCO SERRA LÂMINA SERRA: STANDARD 12 POLEGADAS TIPO: REGULÁVEL TAMANHO: 12 POL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROFUNDIDADE DE CORTE DE 90 MM TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	311040	Und	72	R\$ 32,00	R\$ 2.304,00
11	CAPA CHUVA MATERIAL: PVC CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORRADO COM CAPUZ	319636	Und	72	R\$ 23,87	R\$ 1.718,64
12	CHAVE AJUSTÁVEL MATERIAL: AÇO- LIGA ALTA RESISTÊNCIA ACABAMENTO SUPERFICIAL: FOSFATIZADO ABERTURA: 18 MM APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO ARMAMENTO PESADO TIPO: GRIFO TAMANHO: 159 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABEÇA LIXADA COM INCLINAÇÃO DA CABEÇA EM RELAÇÃO	445925	Und	40	R\$ 59,41	R\$ 2.376,40
13	CHAVE AJUSTÁVEL MATERIAL: AÇO TAMANHO: 26 POL	615068	Und	40	R\$ 275,52	R\$ 11.020,80
14	ALICATE AMPERÍMETRO MATERIAL: PLÁSTICO VOLTAGEM BATERIA: 9 V CORRENTE: 0.1 A 1.000 A APLICAÇÃO: ELETRICIDADE TIPO: DIGITAL ALIMENTAÇÃO: BATERIA RESISTÊNCIA: 2 MOHM VOLTAGEM: 1 VA 750 AC/ DC 1 A 1000	255344	Und	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
15	FURADEIRA TAMANHO MANDRIL: 1/2 POL CAPACIDADE PERFURAÇÃO AÇO: 13 MM CAPACIDADE PERFURAÇÃO MADEIRA: 25 MM CAPACIDADE PERFURAÇÃO CONCRETO: 16 MM CAPACIDADE PERFURAÇÃO ALUMÍNIO: 13 MM TIPO: IMPACTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUAS VELOCIDADES, VARIÁVEL E REVERSÍVEL TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V POTÊNCIA: 750 W VELOCIDADE: 0	450972	Und	5	R\$ 409,99	R\$ 2.049,95

	A 3.000 RPM ACESSÓRIOS: CHAVE DE MANDRIL, EMPUNHADEIRA AUXILIAR, 14 BROCAS					
16	ESCADA MATERIAL: ALUMÍNIO CAPACIDADE: 150 KG QUANTIDADE DEGRAUS: 16 UN TIPO: ARTICULADA MULTIFUNCIONAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAPATAS EMBORRACHADAS, TRAVAS AUTOMÁTICAS NAS CATR	408686	Und	4	R\$ 689,72	R\$ 2.758,88
17	TRENA MODELO: 31-40M DIÂMETRO RODA: 32 CM ALCANCE: ATÉ 9.999,9 M CABO: DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO VISOR: ANALÓGICO COM 5 DÍGITOS TIPO: RODA ANALÓGICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCANSO PARA RODA /BOTÃO RESET ZERAR CONTAGEM PRECISÃO: 0,1 M	376849	Und	5	R\$ 520,00	R\$ 2.600,00
18	CONJUNTO CHAVES COMBINADAS MATERIAL: AÇO APLICAÇÃO: PARAFUSOS E PORCAS SEXTAVADAS E QUADRADAS TAMANHO: 6 A 22 MM	232907	Und	5	R\$ 247,91	R\$ 1.239,55
19	CHAVE FENDA TIPO PONTA: PHILIPS MATERIAL CABO: POLIPROPILENO MATERIAL HASTE: CARBONO TEMPERADO BITOLA: 3/16" X 6"	301966	Und	72	R\$ 8,14	R\$ 586,08
20	COLHER PEDREIRO MATERIAL: AÇO CARBONO TAMANHO: 10 POL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANTO ARREDONDADO MATERIAL CABO: MADEIRA	423357	Und	4	R\$ 22,17	R\$ 88,68
21	MARTELO MATERIAL: AÇO FORJADO TIPO: UNHA TAMANHO: 23 MM MATERIAL CABO: MADEIRA MARFIM PESO: 370 G	250428	Und	72	R\$ 29,98	R\$ 2.158,56
22	ALICATE DE PRESSÃO MATERIAL: FERRO MORDENTE INFERIOR: CURVO AJUSTE: UMA POSIÇÃO COMPRIMENTO: 10 POL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISOLAMENTO NO CABO TRATAMENTO SUPERFICIAL: AÇO VANÁDIO	288117	Und	40	R\$ 50,75	R\$ 2.030,00
23	DESEMPENADERA 14X27 CM	480897	Und	4	R\$ 24,68	R\$ 98,72
24	ESTILETE MATERIAL CORPO: PLÁSTICO TIPO FIXAÇÃO LÂMINA: ENCAIXE POR PRESSÃO ESPESSURA: 18 MM TIPO: LARGO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMINA AÇO C/ TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO	326848	Und	72	R\$ 8,66	R\$ 623,52
25	TALHADEIRA MATERIAL: AÇO ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTADO APLICAÇÃO: PEDREIRO COMPRIMENTO TOTAL: 12 POL TIPO: CHATO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM APUNHADURA PESO: 0,90 KG	251611	Und	4	R\$ 24,30	R\$ 97,20
26	TESOURA PODA REVESTIMENTO CABO: PLASTIFICADO APLICAÇÃO: JARDINAGEM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMINA INTERCAMBIÁVEL E REGULAGEM LÂMINA TIPO USO: PARA CERCA VIVA MATERIAL CABO: ALUMÍNIO MATERIAL LÂMINA: AÇO CROMO VANÁDIO	468661	Und	72	R\$ 58,18	R\$ 4.188,96

27	MARRETA MATERIAL: FERRO MATERIAL CABO: MADEIRA PESO: 5.000 G	239335	Und	40	R\$ 157,24	R\$ 6.289,60
28	MARRETA MATERIAL: FERRO MATERIAL CABO: MADEIRA PESO: 1.000 G	239334	Und	40	R\$ 33,58	R\$ 1.343,20
29	CAVADEIRA ARTICULADA NOME: CAVADEIRA ARTICULADA	602047	Und	40	R\$ 78,14	R\$ 3.125,60
30	CHAVE DE TESTE ELÉTRICO NOME: CHAVE DE TESTE ELETRICO	471779	Und	5	R\$ 14,80	R\$ 74,00
31	DESENGRIMPANTE FINALIDADE: ELIMINAR FERRUGEM / REPELIR UMIDADE / LUBRIFICAR APLICAÇÃO: LUBRIFICANTE E ANTICORROSIVO APRESENTAÇÃO: SPRAY	261317	Und	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
32	FOICE ROÇADEIRA	246959	Und	40	R\$ 72,26	R\$2.890,40
33	CONJUNTO CHAVES, COMBINADAS MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TAMANHO: 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17 E 19 MM,	601979	Und	5	R\$ 159,00	R\$ 795,00
34	MALETA DE FERRAMENTAS, MATERIAL: CHAPA AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA, ALTURA: 300, COMPRIMENTO: 610, COR: AZUL, LARGURA: 270, PESO: 20, QUANTIDADE GAVETAS: 3, COR GAVETAS: PRATA, TIPO CAIXA: GABINETE	213922	Und	5	R\$ 214,98	R\$ 1.074,90
35	ALICATE UNIVERSAL, TIPO CORTE: RETO, MATERIAL: AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO, COMPRIMENTO: 8, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABEÇA E ARTICULAÇÕES LIXADAS, CORPO FOSFOTIZADO, TIPO CABO: ISOLADO 1.000 VOLTS, MATERIAL CABO: PLÁSTICO	402035	Und	40	R\$ 41,40	R\$ 1.656,00
36	LANTERNA ELÉTRICA, MATERIAL:LIGA DE MAGNÉSIO, TIPO:TÁTICA, TAMANHO: 11 A 17 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RESISTENTE A ÁGUA, ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE, LEN, LUMINOSIDADE:1.710.000 LM, TIPO LÂMPADA:LED, TIPO BATERIA: RECARREGÁVEL, TIPO FOCO: REGULÁVEL, COR:PRETA	480046	Und	45	R\$ 63,99	R\$ 2.879,55
37	LIMA CHATA USO: ACABAMENTOS APLICAÇÃO: LIMAGEM FERRAMENTAS MECÂNICAS E FERRAMENTARIA COMPRIMENTO: 8 POL TIPO: MURÇA	627543	Und	40	R\$ 20,19	R\$ 807,60
38	CLORÍMETRO DIGITAL MICROPROCESSADO PARA DO TEOR DE CLORO LIVRE E TOTAL EM ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS MÍNIMAS: FAIXA DE MEDIÇÃO DE CLORO LIVRE E TOTAL: 0,1 A 10 MG/L DE CLORO; RESOLUÇÃO DE 0,01 MG/L; REPRODUTIVIDADE +/- 0,01 MG/L; CURVA DE CALIBRAÇÃO INTERNA PELO MÉTODO DPD PARA CLORO, SER À PROVA D'ÁGUA COM PROTEÇÃO IP67 (PODE SUBMERGIR ATÉ 01 METRO POR 30 MIN); FÁCIL OPERAÇÃO E	247827	Und	40	R\$ 831,93	R\$ 33.277,20

	MANUSEIO; INDICADOR DE BATERIA FRACA NO DISPLAY, DISPLAY LCD RETROILUMINADO; POSSUI DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; MALETA PARA TRANSPORTE; 2 CUBETAS; 4 PILHAS ALCALINAS, PEQUENAS, TIPO AAA; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; REAGENTES PARA 100 ANÁLISES DE CLORO LIVRE E 100 ANÁLISES DE CLORO TOTAL E 100 ANÁLISES DE PH. MARCA PREFERENCIAL: HACH OU SIMILAR OU SUPERIOR - ACÓRDÃO DO TCU 2401 /2006, 9.3.2 - PLENÁRIO					
39	MEDIDOR ÍNDICE ACIDEZ, MODELO: DIGITAL, APLICAÇÃO: MEDIÇÃO DE PH EM SOLUÇÕES AQUOSAS E AMBIENTES CRÍT, TIPO: PORTÁTIL E DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE HASTE MÓVEL, TERMOCOMPENSADOR AUTO/MANUAL, RESOLUÇÃO: 0,001PH, 0,1 MILIVOLT E 0,1°C, PRECISÃO: 0,05 PH E 0,2°C, FAIXA MEDIÇÃO: DE -2,00 A +20,00 PH, ACESSÓRIOS: ELETRODOS DE PH, TEMPERATURA E SONDAS	443997	Und	40	R\$ 1.806,80	R\$ 72.272,00
40	ELETRODO MEDIÇÃO PH, FAIXA OPERAÇÃO ACIDEZ: 0 A 14, TIPO: VIDRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO 12MM, TEMPERATURA TRABALHO: 0 A 135	434223	Und	40	R\$ 592,48	R\$ 23.699,20
TOTAL					R\$ 238.144,35	

R\$ 238.144,35 (Duzentos e trinta e oito mil cento e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

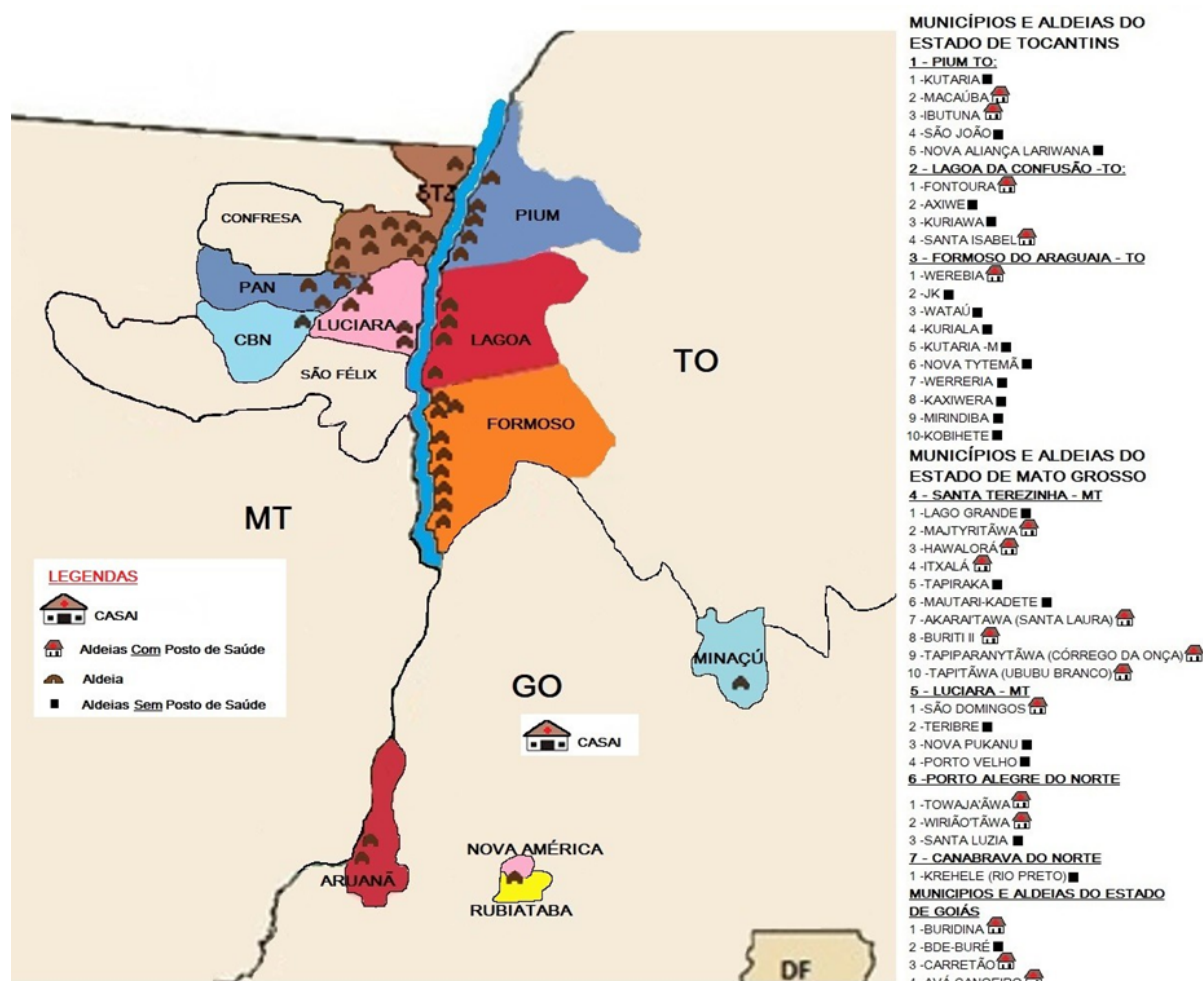
2.3. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Saúde e aos instrumentos de planejamento do DSEI Araguaia, contribuindo para o fortalecimento das ações de

monitoramento da qualidade da água nas comunidades indígenas atendidas pelo Distrito. A contratação observa os princípios da eficiência, sustentabilidade e racionalização dos recursos públicos, promovendo a melhoria das condições sanitárias e a prevenção de agravos à saúde decorrentes do consumo de água inadequada.

2.4 Sendo assim, e, enfatizando a extrema necessidade em dar continuidade ao compromisso de atender com qualidade através da missão institucional deste órgão, dentro do amparo legal da Lei, JUSTIFICAMOS a aquisição de equipamentos e ferramentas para serem utilizadas no controle da qualidade da água para consumo humano e no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas aldeias Indígenas pertencentes ao polo de abrangência do DSEI - Araguaia. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.5 O propósito das políticas de saúde voltadas para os povos indígenas é garantir a esses povos a integralidade na assistência, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política, de modo a superar os fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos de saúde e não deixando de reconhecer a eficácia da medicina tradicional e o direito desses povos à cultura.

2.6 A rede de serviços de atenção básica à saúde indígena do DSEI Araguaia se distribui em 4 Polos Bases, localizados em 4 municípios, sendo: São Félix do Araguaia-MT, Confresa-MT, Santa Terezinha-MT e GoiâniaGO (Figura 1). O DSEI ainda possui em sua jurisdição territorial 15 municípios: Aruanã-GO, Nova América-GO, Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: ABR/2025 5 de 31 Rubiataba-GO, Minaçu-GO, Aragarças-GO, Cocalinho –MT, Formoso do Araguaia – TO, Lagoa da Confusão – TO, Pium – TO, São Félix do Araguaia – MT, Luciara – MT, Santa Terezinha-MT, Confresa-MT, Canabrava do Norte-MT, Porto Alegre do Norte-MT. A população é composta por 16 (dezesseis) etnias indígenas (Karajá, Tapirapé, Tapuia, Avá-Canoeiro, Krenak Maxacali, Guarani, Kanela), tendo cada uma delas seus próprios costumes e língua. Além destes polos base, o DSEI também conta com 19 Unidades Básicas de Saúde Indígenas, a estrutura de uma sede e uma Casa de Saúde Indígena - CASAI, sendo a sede localizada na cidade de São Félix do Araguaia-MT e a CASAI, localizada na cidade de Goiânia-GO. O Distrito Sanitário Especial Indígena Araguaia atende a uma população em média de 5.867 (cinco mil oitocentos e sessenta e sete) indígenas, distribuídos em 43 aldeias, com área de abrangência de 74.196,44 km² (setenta e quatro mil cento e noventa e seis reais e quarenta e quatro)



2.6. O Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental - SESANI, considera que a aquisição dos bens elencados atenderá às necessidades de todas as aldeias abrangidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do DSEIARAGUAIA, no que tange o controle da qualidade da água para consumo humano e no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas comunidades indígenas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os equipamentos deverão possuir características que promovam maior durabilidade e eficiência operacional, reduzindo a geração de resíduos.

4.1.2. As embalagens deverão ser preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, observadas as normas técnicas aplicáveis.

4.1.3. Os fornecedores deverão observar a legislação ambiental vigente durante os processos de fabricação, transporte e destinação final dos materiais.

Da exigência de carta de solidariedade

4.2. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a

cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de 20%.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A entrega deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Polo São Félix do Araguaia	Rua do Comércio/Newton Burjack, 322, Centro, CEP: 78670-000
----------------------------	---

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **15%** (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de **15%** (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **30%** (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A2]

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20 % (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

9.24 A exigência de qualificação econômico-financeira tem por objetivo verificar a capacidade da empresa para executar integralmente as obrigações assumidas, reduzindo os riscos de interrupção do fornecimento e assegurando maior segurança à Administração quanto à execução contratual.

As exigências adotadas observam os limites previstos na Lei nº 14.133/2021 e são compatíveis com a natureza e o valor estimado da contratação.

9.24.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.33.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 238.144,35 (Duzentos e trinta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1.1. acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 001;

II) Fonte de recursos: 10000000000

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 449052.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente (identificar o Contratado) e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o nº...../20....., Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA FILHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 08:47:20.

DANIEL ABREU LUZ

Membro da comissão de contratação

RAEL XAKOIAPARI TAPIRAPE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 11:17:43.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ARAGUAIA

Estudo Técnico Preliminar 74/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25045.001665/2025-10

2. Descrição da necessidade

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, onde será avaliada a viabilidade da aquisição pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades do DSEI ARAGUAIA, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena -SESAI tem por função fundamental promover Assistência à saúde dos povos Indígenas através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI's.

O DSEI – ARAGUAIA responde por toda área de abrangência dos povos Karajá, Tapirapé, Tapuia, Avá-Canoeiro, Krenak Maxacali, Kanela, que através da equipe composta por Supervisor de Saúde Ambiental, Técnico de Saneamento e os Agentes Indígenas de Saneamento - AISAN's, promovem as ações do Monitoramento da Qualidade da Água no DSEI e Gerenciamento de Resíduos Sólidos - GRS. A rede de serviços de atenção básica à saúde indígena do DSEI Araguaia se distribui em 4 Polos Bases, localizados em 4 municípios, sendo: São Félix do Araguaia-MT, Confresa-MT, Santa Terezinha-MT e Goiânia-GO (Figura 1). O DSEI ainda possui em sua jurisdição territorial 15 municípios: Aruanã-GO, Nova América-GO, Rubiataba-GO, Minaçu-GO, Aragarças-GO, Cocalinho –MT, Formoso do Araguaia – TO, Lagoa da Confusão – TO, Pium – TO, São Félix do Araguaia – MT, Luciara – MT, Santa Terezinha-MT, Confresa-MT, Canabrava do Norte-MT, Porto Alegre do Norte-MT. A população é composta por 7 (sete) etnias indígenas (Karajá, Tapirapé, Tapuia, Avá-Canoeiro, Krenak Maxacali, Guarani, Kanela), tendo cada uma delas seus próprios costumes e língua. Além destes polos base, o DSEI também conta com 19 Unidades Básicas de Saúde Indígenas, a estrutura de uma sede e uma Casa de Saúde Indígena - CASAI, sendo a sede localizada na cidade de São Félix do Araguaia-MT e a CASAI, localizada na cidade de Goiânia-GO. O Distrito Sanitário Especial Indígena Araguaia atende a uma população em média de 5.867 (cinco mil oitocentos e sessenta e sete) indígenas, distribuídos em 51 aldeias, com área de abrangência de 74.196,44 km² (setenta e quatro mil cento e noventa e seis e quarenta e quatro).

O Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena - SESANI, considera que a aquisição dos bens elencados atenderá às necessidades de todas as aldeias abrangidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Araguaia, no que tange ao gerenciamento de resíduos sólidos, considerando que o setor possui profissionais capacitados que necessitam dos materiais e ferramentas para realizar as ações. Para a implantação da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em áreas indígenas é necessária a organização e estruturação do processo de trabalho pelo DSEI, incluindo a capacitação permanente dos profissionais, aquisição de materiais (equipamentos e ferramentas) e, planejamento e formalização de parcerias intra e intersetoriais. O planejamento das atividades relacionadas ao GRS em áreas indígenas é fundamental para garantir a sua execução incluindo o dimensionamento de equipamentos e insumos necessários, que deve ser parte da rotina do trabalho desenvolvido.

Os itens deverão ser licitados na modalidade Pregão Eletrônico.

Conforme o Art. 628 da Portaria/MS n.º 3.965, de 14 de dezembro de 2010, “compete ao Distrito coordenar, supervisionar e executar as atividades do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, criado pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999, em sua área de atuação”.

Segundo o Art. 633, inciso V e VII, respectivamente, da Portaria/MS nº 3.965/2010, compete ao Serviço de Edificações e Saneamento Indígena – SESANI, entre outras, “propor a realização de estudos e pesquisas que visem soluções alternativas e de modelos tecnológicos de saneamento ambiental e de edificações, adequadas à realidade indígena local; e executar, diretamente ou mediante parcerias, incluindo a contratação de prestadores de serviços, as ações de controle da qualidade da água para consumo humano nos sistemas de abastecimento de água das aldeias indígenas”.

De acordo com a Portaria de consolidação/MS nº 05 de 28 de setembro de 2017 Art. 8º Compete à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) executar, diretamente ou mediante parcerias, incluída a contratação de prestadores de serviços, as ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nos sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água das aldeias indígenas. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 8º).

Visando atender a Portaria GM/MS nº 254 de 31 de janeiro de 2002, que aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e declara no Item 4.8: Promoção de ambientes saudáveis e proteção à saúde indígena – O equilíbrio das condições ambientais nas terras indígenas é um fator de crescente importância para a garantia de uma atenção integral à saúde dos povos indígenas. As prioridades ambientais para uma política de atenção à saúde dos povos indígenas devem contemplar a preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação à distância nas comunidades que não dispõe de água potável, a reposição de espécies utilizadas pela medicina tradicional, à construção de esgotamento sanitário, a destinação final do lixo nas comunidades mais populosas e o controle de poluição nas nascentes e cursos d’água situados acima das terras indígenas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SESANI	MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA FILHO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Informar junto à proposta de preços, endereço de correio eletrônico para recebimento da Nota de Empenho e demais comunicações oficiais que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto adjudicado;

Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato. O critério de julgamento das propostas deverá ser MENOR PREÇO POR ITEM.

É facultada a solicitação da apresentação catálogos, folders ou documento oficial do fabricante que comprovem as características mínimas do bem ofertado; no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação do licitante no referido item;

Os insumos devem ser entregues com mesmas as especificações contidas no Termo de Referência e proposta do fornecedor aprovada pela contratante;

O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados em remessa única ou parcelada, conforme critério definido pela contratante;

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 05 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo; O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade de estruturação das ações de saneamento ambiental desenvolvidas pelos Agentes Indígenas de Saneamento (AISANs) do DSEI Araguaia, foram analisadas as seguintes alternativas disponíveis no mercado:

Solução 1 – Aquisição de Ferramentas e Equipamentos

Consiste na compra definitiva dos equipamentos e ferramentas necessários para execução das atividades de monitoramento da qualidade da água, gerenciamento de resíduos sólidos, manutenção de sistemas de abastecimento de água e demais ações de saneamento ambiental.

Vantagens

- Disponibilidade permanente dos equipamentos.
- Maior autonomia operacional das equipes.
- Menor custo ao longo da vida útil dos bens.
- Possibilidade de utilização contínua em todas as aldeias atendidas.
- Ausência de pagamentos recorrentes de locação.
- Possibilidade de reposição gradual dos itens conforme necessidade.
- Maior controle patrimonial e operacional.

Desvantagens

- Necessidade de investimento inicial mais elevado.
- Responsabilidade da Administração pela guarda, manutenção e conservação dos equipamentos.
- Possibilidade de desgaste natural e necessidade de substituição futura.

Solução 2 – Locação (Aluguel) de Ferramentas e Equipamentos

Consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização temporária dos equipamentos mediante pagamento periódico.

Vantagens

- Menor investimento inicial.
- Responsabilidade da manutenção corretiva e preventiva normalmente atribuída à empresa contratada.
- Possibilidade de substituição imediata de equipamentos defeituosos, conforme contrato.

Desvantagens

- Custo acumulado elevado ao longo do tempo.
- Dependência contratual para continuidade das atividades.
- Risco de indisponibilidade de equipamentos em regiões remotas.
- Dificuldade logística para atendimento das aldeias distribuídas em extensa área territorial.
- Necessidade de renovações contratuais frequentes.
- Menor autonomia operacional das equipes do DSEI.

Comparação das Soluções

Critério	Aquisição	Locação
Investimento inicial	Maior	Menor
Custo a longo prazo	Menor	Maior
Disponibilidade dos equipamentos	Permanente	Dependente do contrato
Autonomia das equipes	Alta	Média
Dependência de terceiros	Baixa	Alta
Adequação às áreas remotas	Alta	Média
Continuidade das ações	Alta	Dependente da vigência contratual

Conclusão da Análise Comparativa

Após a análise das alternativas identificadas no mercado, conclui-se que a **aquisição das ferramentas e equipamentos é a solução mais vantajosa para a Administração**, considerando os aspectos de economicidade, eficiência e continuidade das ações de saneamento ambiental.

Embora a locação apresente menor custo inicial, seu custo acumulado ao longo do tempo tende a ser superior ao da aquisição, além de gerar dependência contratual permanente e possíveis dificuldades logísticas para atendimento das comunidades indígenas localizadas em áreas remotas.

Dessa forma, a aquisição dos equipamentos mostra-se a alternativa que proporciona melhor relação custo-benefício durante o ciclo de vida dos bens, garantindo disponibilidade contínua dos recursos necessários às atividades dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISANs) e contribuindo para a eficiência das ações desenvolvidas pelo DSEI Araguaia.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição de ferramentas e equipamentos tem como objetivo estruturar e fortalecer as ações dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISANs) no território, garantindo melhores condições de trabalho, eficiência e segurança na execução de suas atividades. A proposta contempla a disponibilização de kits de trabalho compostos por itens essenciais para a realização de inspeções sanitárias, manutenção de sistemas de abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, apoio em ações educativas e vigilância ambiental.

Esses materiais possibilitarão aos AISANs atuar de forma mais técnica, prática e autônoma nas comunidades, promovendo melhorias diretas na saúde ambiental indígena. A padronização dos kits também visa garantir equidade no atendimento entre os diferentes polos base e aldeias, respeitando as necessidades específicas de cada território.

A solução apresentada responde a demandas identificadas em diagnósticos participativos, escutas com os profissionais em campo e no planejamento integrado das equipes de saúde indígena, representando um avanço concreto na qualificação dos serviços prestados e na valorização do trabalho dos AISANs como agentes transformadores nas comunidades no território Indígena do DSEI ARAGUAIA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos foram definidos considerando:

- o número de Agentes Indígenas de Saneamento (AISANs) em atuação;
- a quantidade de polos-base e aldeias atendidas pelo DSEI Araguaia;
- o planejamento anual das ações de saneamento ambiental;
- a necessidade de reposição de equipamentos desgastados;
- a ampliação das ações de gerenciamento de resíduos sólidos e monitoramento da qualidade da água.

Os quantitativos foram estimados com base em levantamento realizado pelo SESANI junto às equipes de campo, observando o histórico de utilização e a demanda operacional prevista para o exercício de 2026.

DEMONSTRATIVO DOS PREÇOS

Conforme art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que versa:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do

Ministério da Economia. § 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos. § 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado: I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado; II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput. § 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Com o objetivo de verificar os preços praticados no mercado para possível aquisição de A aquisição de ferramentas e equipamentos tem como objetivo estruturar e fortalecer as ações dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISANs) no território, garantindo melhores condições de trabalho, eficiência e segurança na execução de suas atividades. A proposta contempla a disponibilização de kits de trabalho compostos por itens essenciais para a realização de inspeções sanitárias, manutenção de sistemas de abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, apoio em ações educativas e vigilância ambiental. a metodologia utilizada na pesquisa de preços, foram os valores de referências adotados no painel de preço, banco de preço e site eletrônico respectivamente conforme a referida Instrução Normativa.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE		QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
		CAT	MAT DE MEDIDA			[A1]	[A2]
1	VASSOURA DE ARAME REGULÁVEL, TIPO RASTELO, COM 22 DENTES E CABO DE MADEIRA	624584	Und	72	R\$ 30,80	R\$ 2.217,60	
2	PÁ MATERIAL: AÇO COMPRIMENTO CABO: 1,30 M APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL TAMANHO: 290 X 250 MM MATERIAL CABO: MADEIRA FORMATO: QUADRADA	483248	Und	72	R\$ 48,33	R\$ 3.479,76	
3	PICARETA COM UM LADO HORIZONTAL E OUTRO VERTICAL; DUAS PONTAS; UMA DE CORTE E OUTRA DE CAVA COM CABO	603268	Und	72	R\$ 74,66	R\$ 5.375,52	
4	CARRINHO MÃO TIPO RODA: PNEU COM CÂMARA MATERIAL CAÇAMBA: CHAPA AÇO	453137	Und	72	R\$ 215,00	R\$ 15.480,00	

	GALVANIZADO QUANTIDADE RODA: 1 UN CAPACIDADE CAÇAMBA: 60 L MATERIAL PÉS: FERRO MATERIAL CHASSI: FERRO					
5	TRENA MATERIAL: AÇO LARGURA LÂMINA: 15 MM COMPRIMENTO: 50 M CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENROLAMENTO MANUAL SEM TRAVA	234033	Und	72	R\$ 41,95	R\$ 3.020,40
6	LONA PLÁSTICA COMPRIMENTO: 100 M COR: PRETA ESPESSURA: 200 MICRA LARGURA: 4 M	356098	Und	20	R\$ 399,00	R\$ 7.980
7	ENXADA MATERIAL: AÇO CARBONO LARGURA: 24 CM MATERIAL CABO: MADEIRA	468616	Und	72	R\$ 49,99	R\$ 3.599,28
8	ENXADÃO MATERIAL: AÇO CARBONO TEMPERADO COR: PRETO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ MATERIAL CABO: MADEIRA 130 CM	329421	Und	72	R\$ 57,90	R\$ 4.168,80
9	LÂMINA SERRA MANUAL MATERIAL: AÇO FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 12" LARGURA: 1/2" QUANTIDADE DENTES: 24 DENTES POR POLEGADA	239037	Und	72	R\$ 4,15	R\$ 298,80
10	ARCO SERRA LÂMINA SERRA: STANDARD 12 POLEGADAS TIPO: REGULÁVEL TAMANHO: 12 POL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROFUNDIDADE DE CORTE DE 90 MM TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	311040	Und	72	R\$ 32,00	R\$ 2.304,00
11	CAPA CHUVA MATERIAL: PVC CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORRADO COM CAPUZ	319636	Und	72	R\$ 23,87	R\$ 1.718,64
12	CHAVE AJUSTÁVEL MATERIAL: AÇO-LIGA ALTA RESISTÊNCIA ACABAMENTO SUPERFICIAL: FOSFATIZADO ABERTURA: 18 MM APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO ARMAMENTO PESADO TIPO: GRIFO TAMANHO: 159 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABEÇA LIXADA COM INCLINAÇÃO DA CABEÇA EM RELAÇÃO	445925	Und	40	R\$ 59,41	R\$ 2.376,40
13	CHAVE AJUSTÁVEL MATERIAL: AÇO TAMANHO: 26 POL	615068	Und	40	R\$ 275,52	R\$ 11.020,80
14	ALICATE AMPERÍMETRO MATERIAL: PLÁSTICO VOLTAGEM BATERIA: 9 V CORRENTE: 0.1 A 1.000 A APLICAÇÃO: ELETRICIDADE TIPO: DIGITAL ALIMENTAÇÃO: BATERIA RESISTÊNCIA: 2 MOHM VOLTAGEM: 1 VA 750 AC/ DC 1 A 1000	255344	Und	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
15	FURADEIRA TAMANHO MANDRIL: 1/2 POL CAPACIDADE PERFURAÇÃO AÇO: 13 MM CAPACIDADE PERFURAÇÃO MADEIRA: 25 MM CAPACIDADE PERFURAÇÃO CONCRETO: 16 MM CAPACIDADE PERFURAÇÃO ALUMÍNIO: 13 MM TIPO: IMPACTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUAS VELOCIDADES, VARIÁVEL E REVERSÍVEL TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V	450972	Und	5	R\$ 409,99	R\$ 1.049,95

	POTÊNCIA: 750 W VELOCIDADE: 0 A 3.000 RPM ACESSÓRIOS: CHAVE DE MANDRIL, EMPUNHADEIRA AUXILIAR, 14 BROCAS ESCADA MATERIAL: ALUMÍNIO CAPACIDADE: 150 KG QUANTIDADE DEGRAUS: 16 UN TIPO: ARTICULADA MULTIFUNCIONAL	408686	Und	4	R\$ 689,72	R\$ 2.758,88
16	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAPATAS EMBORRACHADAS, TRAVAS AUTOMÁTICAS NAS CATR TRENA MODELO: 31-40M DIÂMETRO RODA: 32 CM ALCANCE: ATÉ 9.999,9 M CABO: DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO VISOR: ANALÓGICO					
17	COM 5 DÍGITOS TIPO: RODA ANALÓGICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCANSO PARA RODA/BOTÃO RESET ZERAR CONTAGEM PRECISÃO: 0,1 M	376849	Und	5	R\$ 520,00	R\$ 2.600,00
18	CONJUNTO CHAVES COMBINADAS MATERIAL: AÇO APLICAÇÃO: PARAFUSOS E PORCAS SEXTAVADAS E QUADRADAS TAMANHO: 6 A 22 MM	232907	Und	5	R\$ 247,91	R\$ 1.239,55
19	CHAVE FENDA TIPO PONTA: PHILIPS MATERIAL CABO: POLIPROPILENO MATERIAL HASTE: CARBONO TEMPERADO BITOLA: 3/16" X 6"	301966	Und	72	R\$ 8,14	R\$ 586,08
20	COLHER PEDREIRO MATERIAL: AÇO CARBONO TAMANHO: 10 POL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANTO ARREDONDADO MATERIAL CABO: MADEIRA	423357	Und	4	R\$ 22,17	R\$ 88,68
21	MARTELO MATERIAL: AÇO FORJADO TIPO: UNHA TAMANHO: 23 MM MATERIAL CABO: MADEIRA MARFIM PESO: 370 G	250428	Und	72	R\$ 29,98	R\$ 2.158,56
22	ALICATE DE PRESSÃO MATERIAL: FERRO MORDENTE INFERIOR: CURVO AJUSTE: UMA POSIÇÃO COMPRIMENTO: 10 POL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISOLAMENTO NO CABO TRATAMENTO SUPERFICIAL: AÇO VANÁDIO	288117	Und	40	R\$ 50,75	R\$ 2.030,00
23	DESEMPENADERA 14X27 CM	480897	Und	4	R\$ 24,68	R\$ 98,72
24	ESTILETE MATERIAL CORPO: PLÁSTICO TIPO FIXAÇÃO LÂMINA: ENCAIXE POR PRESSÃO ESPESSURA: 18 MM TIPO: LARGO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMINA AÇO C/ TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO	326848	Und	72	R\$ 8,66	R\$ 623,52
25	TALHADEIRA MATERIAL: AÇO ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTADO APLICAÇÃO: PEDREIRO COMPRIMENTO TOTAL: 12 POL TIPO: CHATO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM APUNHADURA PESO: 0,90 KG	251611	Und	4	R\$ 24,30	R\$ 97,20
26	TESOURA PODA REVESTIMENTO CABO: PLASTIFICADO APLICAÇÃO: JARDINAGEM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMINA INTERCAMBIÁVEL E REGULAGEM LÂMINA TIPO USO: PARA CERCA VIVA MATERIAL CABO: ALUMÍNIO MATERIAL LÂMINA: AÇO CROMO VANÁDIO	468661	Und	72	R\$ 58,18	R\$ 4.188,96

27	MARRETA MATERIAL: FERRO MATERIAL CABO: MADEIRA PESO: 5.000 G	239335	Und	40	R\$ 157,24 R\$ 6.289,60
28	MARRETA MATERIAL: FERRO MATERIAL CABO: MADEIRA PESO: 1.000 G	239334	Und	40	R\$ 33,58 R\$ 1.343,20
29	CAVADEIRA ARTICULADA NOME: CAVADEIRA ARTICULADA	602047	Und	40	R\$ 78,14 R\$ 3.125,60
30	CHAVE DE TESTE ELÉTRICO NOME: CHAVE DE TESTE ELETRICO	471779	Und	5	R\$ 14,80 R\$ 74,00
31	DESENGRIMPANTE FINALIDADE: ELIMINAR FERRUGEM / REPELIR UMIDADE / LUBRIFICAR APLICAÇÃO: LUBRIFICANTE E ANTICORROSIVO APRESENTAÇÃO: SPRAY	261317	Und	20	R\$ 20,00 R\$ 400,00
32	FOICE ROÇADEIRA	246959	Und	40	R\$ 72,26 R\$2.890,40
33	CONJUNTO CHAVES, COMBINADAS MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TAMANHO: 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17 E 19 MM,	601979	Und	5	R\$ 159,00 R\$ 795,00
34	MALETA DE FERRAMENTAS, MATERIAL: CHAPA AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA, ALTURA: 300, COMPRIMENTO: 610, COR: AZUL, LARGURA: 270, PESO: 20, QUANTIDADE GAVETAS: 3, COR GAVETAS: PRATA, TIPO CAIXA: GABINETE	213922	Und	5	R\$ 214,98 R\$ 1.074,90
35	ALICATE UNIVERSAL, TIPO CORTE: RETO, MATERIAL: AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO, COMPRIMENTO: 8, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABEÇA E ARTICULAÇÕES LIXADAS, CORPO FOSFOTIZADO, TIPO CABO: ISOLADO 1.000 VOLTS, MATERIAL CABO: PLÁSTICO	402035	Und	40	R\$ 41,40 R\$ 1.656,00
36	LANTERNA ELÉTRICA, MATERIAL:LIGA DE MAGNÉSIO, TIPO:TÁTICA, TAMANHO:11 A 17 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A ÁGUA, ACABAMENTO ANTI- DERRAPANTE, LEN, LUMINOSIDADE:1.710.000 LM, TIPO LÂMPADA:LED, TIPO BATERIA: RECARREGÁVEL, TIPO FOCO:REGULÁVEL, COR:PRETA	480046	Und	45	R\$ 63,99 R\$ 2.879,55
37	LIMA CHATA USO: ACABAMENTOS APLICAÇÃO: LIMAGEM FERRAMENTAS MECÂNICAS E FERRAMENTARIA COMPRIMENTO: 8 POL TIPO: MURÇA	627543	Und	40	R\$ 20,19 R\$ 807,60
38	CLORÍMETRO DIGITAL MICROPROCESSADO PARA DO TEOR DE CLORO LIVRE E TOTAL EM ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS MÍNIMAS: FAIXA DE MEDIÇÃO DE CLORO LIVRE E TOTAL: 0,1 A 10 MG/L DE CLORO; RESOLUÇÃO DE 0,01 MG/L; REPRODUTIVIDADE +/- 0,01 MG /L; CURVA DE CALIBRAÇÃO INTERNA PELO MÉTODO DPD PARA CLORO, SER À PROVA D'ÁGUA COM PROTEÇÃO IP67 (PODE SUBMERGIR ATÉ 01 METRO POR 30 MIN); FÁCIL OPERAÇÃO E MANUSEIO; INDICADOR	247827	Und	40	R\$ 831,93 R\$ 33.277,20

DE BATERIA FRACA NO DISPLAY, DISPLAY LCD RETROILUMINADO; POSSUI DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; MALETA PARA TRANSPORTE; 2 CUBETAS; 4 PILHAS ALCALINAS, PEQUENAS, TIPO AAA; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; REAGENTES PARA 100 ANÁLISES DE CLORO LIVRE E 100 ANÁLISES DE CLORO TOTAL E 100 ANÁLISES DE PH. MARCA PREFERENCIAL: HACH OU SIMILAR OU SUPERIOR - ACÓRDÃO DO TCU 2401/2006, 9.3.2 - PLENÁRIO MEDIDOR ÍNDICE ACIDEZ, MODELO: DIGITAL, APLICAÇÃO: MEDIÇÃO DE PH EM SOLUÇÕES AQUOSAS E AMBIENTES CRÍT, TIPO: PORTÁTIL E DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE HASTE MÓVEL, 						
39	TERMOCOMPENSADOR AUTO/MANUAL, RESOLUÇÃO: 0,001PH, 0,1 MILIVOLT E 0,1°C, PRECISÃO: 0,05 PH E 0,2°C, FAIXA MEDIÇÃO: DE -2,00 A +20,00 PH, ACESSÓRIOS: ELETRODOS DE PH, TEMPERATURA E SONDAS ELETRODO MEDIÇÃO PH, FAIXA OPERAÇÃO ACIDEZ: 0 A 14, TIPO: VIDRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO 12MM, TEMPERATURA TRABALHO: 0 A 135	443997	Und	40	R\$ 1.806,80	R\$ 72.272,00
40		434223	Und	40	R\$ 592,48	R\$ 23.699,20
TOTAL					R\$ 238.144,35	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 238.144,35

O custo estimado da contratação é de **R\$ 238.144,35 (Duzentos e trinta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**

A estimativa foi elaborada com base nos parâmetros previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se, de forma combinada:

- **Painel de Preços do Governo Federal;**
- **Banco de Preços;**
- **sítios eletrônicos especializados;**
- **contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.**

Foi realizada análise crítica dos preços coletados, sendo desconsiderados valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados. O valor estimado corresponde à média dos preços válidos obtidos durante a pesquisa, refletindo adequadamente as condições atuais de mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Instrução Normativa MPDG nº 05, de 2017, estabelecem em seu Anexo VIII, que "o parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando proporcionar a ampla participação dos licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com

relação a itens ou unidades autônomas". A Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União, pacificou o entendimento de que "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de proporcionar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.". Visando possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, a licitação será realizada por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os quantitativos dos Equipamentos e Ferramentas não foram estimados com base em contrato anterior.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Plano Anual de Contratações 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de ferramentas e equipamentos tem como objetivo estruturar e fortalecer as ações dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISANS) no território, garantindo melhores condições de trabalho, eficiência e segurança na execução de suas atividades. A proposta contempla a disponibilização de kits de trabalho compostos por itens essenciais para a realização de inspeções sanitárias, manutenção de sistemas de abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, apoio em ações educativas e vigilância ambiental.

Esses materiais possibilitarão aos AISANS atuar de forma mais técnica, prática e autônoma nas comunidades, promovendo melhorias diretas na saúde ambiental indígena. A padronização dos kits também visa garantir equidade no atendimento entre os diferentes polos base e aldeias, respeitando as necessidades específicas de cada território indígena do DSEI-ARA.

A solução apresentada responde a demandas identificadas em diagnósticos participativos, escutas com os profissionais em campo e no planejamento integrado das equipes de saúde indígena, representando um avanço concreto na qualificação dos serviços prestados e na valorização do trabalho dos AISANS como agentes transformadores nas comunidades indígenas do DSEI-ARA.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas para o objeto licitatório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Na execução dos serviços, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Em conformidade com Decreto nº 7.746/2012, e suas alterações pelo Decreto 9.178/2017, que estabelecer critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes;

Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. (Incluído pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

Compete à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, como órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG, expedir normas complementares sobre critérios, práticas e ações de logística sustentável. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo: (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição de ferramentas e equipamentos tem como objetivo estruturar e fortalecer as ações dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISANs) no território, garantindo melhores condições de trabalho, eficiência e segurança na execução de suas atividades. A proposta contempla a disponibilização de kits de trabalho compostos por itens essenciais para a realização de inspeções sanitárias, manutenção de sistemas de abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, apoio em ações educativas e vigilância ambiental.

Esses materiais possibilitarão aos AISANs atuar de forma mais técnica, prática e autônoma nas comunidades, promovendo melhorias diretas na saúde ambiental indígena. A padronização dos kits também visa garantir equidade no atendimento entre os diferentes polos base e aldeias, respeitando as necessidades específicas de cada território indígena do DSEI-ARA.

A solução apresentada responde a demandas identificadas em diagnósticos participativos, escutas com os profissionais em campo e no planejamento integrado das equipes de saúde indígena, representando um avanço concreto na qualificação dos serviços prestados e na valorização do trabalho dos AISANs como agentes transformadores nas comunidades indígenas do DSEI-ARA.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA FILHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 08:47:15.

DANIEL ABREU LUZ

Membro da comissão de contratação

RAEL XAKOIAPARI TAPIRAPE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 11:18:29.

